

DOI: 10.46943/X.CIEH.2023.01.084

ENVELHECIMENTO DE MULHERES NEGRAS: REFLEXÕES SOBRE A CONTINUIDADE HISTÓRICA DA HERANÇA ESCRAVOCRATA BRASILEIRA¹

Polliana Teixeira da Silva²
Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione³

RESUMO

Desde a colonização, gênero se inscreve no corpo racializado, impactando na subjetivação de mulheres negras brasileiras até atualmente. A conjugação entre racismo e sexismo produz desdobramentos violentos nas vidas dessas mulheres. O presente trabalho realizou uma revisão narrativa sobre o diálogo entre envelhecimento, gênero e raça, visando explorar as especificidades do envelhecer dessa população. Possui um caráter exploratório, visto a escassez de estudos na área. A velhice foi evidenciada como resultado, também, de como a raça é vivida ao longo da vida. Estudos apontam mulheres negras como a camada mais propensa a vivenciar: (i) redução na expectativa de vida, (ii) solidão afetiva e (iii) ocupação profissional de menor prestígio ou subemprego, e essas especificidades se sobressaem no envelhecimento dessa população. Embora todas as mulheres experimentem discriminações

- 1 Este trabalho resultou da dissertação de mestrado intitulada "Deus é uma mulher preta?: as representações sociais construídas por mulheres negras idosas do Distrito Federal sobre seus envelhecimentos", do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar (PGPDE – UnB), fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- 2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PGPDE) da Universidade de Brasília (UnB) – DF, fraupolliana@gmail.com;
- 3 Doutora em Cognição e Neurociências. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PGPDE) da Universidade de Brasília (UnB) – DF, ichariglione@unb.br;

geracionais neste período, a marcação racial garante maior segurança social às mulheres brancas, resultando em melhores qualidades de vida e preparação para a velhice. Para mulheres negras, não existe proteção estatal e reserva de direitos, pois o racismo estrutural as mantém majoritariamente fora das dinâmicas e direitos sociais. É indubitável, então, que os atravessamentos raciais e de gênero são igualmente importantes no envelhecimento de mulheres negras brasileiras. Deve-se encarar essa camada como pilar da formação nacional por constituir a base da pirâmide social, oferecendo subsídios para a ascensão das demais camadas. Portanto, faz-se fulcral avançar na discussão sobre envelhecimento, gênero e negritude.

Palavras-chave: Envelhecimento; mulheres negras; colonização; interseccionalidade; racismo estrutural.

INTRODUÇÃO

No Brasil, são crescentes os esforços de novos acadêmicos para investigar e discutir as experiências sociais do “Outro”; isto é, de todas aquelas comunidades que fogem da lógica hegemônica colonizadora. Isso porque, a fim de se estudar a formação nacional e suas implicações na vida dos sujeitos, deve-se entender como as relações de poder se estabelecem a partir dos determinantes sociais de gênero, raça, geração, orientação sexual, classe e demais fatores presentes em uma sociedade diversa (Collins & Bilge, 2021).

Frente a este cenário, vem ganhando força a interseccionalidade enquanto ferramenta ancestral de análise e transformação social. Este termo, cunhado por mulheres negras ativistas, representa a busca pela compreensão das dimensões humanas acima das lógicas universalistas, as quais postulam o sujeito branco europeu como ser humano modelo (Akotirene, 2019). Diante dessas atuais investigações - fruto, também, da entrada de uma nova camada intelectual nos grandes centros de produção de conhecimento -, destacam-se os estudos sobre a população negra brasileira, que evidenciam a existência de diversas opressões de raça vigentes até os dias atuais.

De maneira geral, já existe a discussão de que pessoas pretas e pardas são vítimas de violências estruturais e sistêmicas no Brasil. Todavia, urge a necessidade de se ir além, esmiuçando como diferentes existências são afetadas de maneiras variadas, abrangendo a interseccionalidade no nível de análise das subjetividades negras brasileiras, as quais constituem uma comunidade heterogênea em suas demandas e especificidades (Da Silva, 2023). Sob esta ótica, entende-se que a camada negra feminina possui reivindicações próprias, visto a dupla discriminação enfrentada por essas mulheres que vivenciam tanto o racismo, quanto o sexismo ao longo de suas trajetórias (Carneiro, 2011; Gonzalez, 2020; Nascimento, 2021).

E, neste sentido, cabe afirmar que essas violências multifacetadas estão presentes desde o início da história negra brasileira: a escravidão. Ao retomar os numerosos estudos sobre o período colonial, é possível

identificar a demarcação dos marcadores de gênero e raça na época e refletir sobre sua continuidade histórica até então. Hooks (2020) corrobora com essa ideia ao afirmar que a experiência retrospectiva da mulher negra escravizada evidencia que sexismo e racismo sempre operaram com a mesma força opressiva. Em outras palavras, o gênero se inscreve no corpo racializado, demarcando a posição social ocupada por essas mulheres desde o século XVI - data essa em que os primeiros navios negreiros se firmaram na costa brasileira.

Portanto, percebe-se que não se pode falar em uma suposta hierarquia de opressões (Lorde, 2019). Afinal, tanto o sexismo, quanto o racismo partem do pressuposto de que determinadas diferenças biológicas fundamentam ideologias de dominação (Gonzalez, 2020). Em um de seus ensaios, Lorde pontua:

Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm, os dois, do mesmo lugar que o racismo - a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar (Lorde, 2019, p. 235).

Neste âmbito, Collins e Bilge (2021) afirmam que o pertencimento aos mais variados grupos minoritários implica em ser diretamente afetada por todos eles; e que essa conjugação pode atuar de maneiras distintas, porém sempre violentas. E, por isso, "o resgate histórico do passado colonial brasileiro é de suma importância para a assimilação das lógicas discriminatórias estruturadas desde então" (Da Silva, 2023, p. 45).

Assim, compreende-se que a trajetória das mulheres negras brasileiras vem sendo moldada desde o início do século XVI, visto que muitas feridas profundas do Brasil colônia permanecem em aberto, sangrando. E, ainda que existam divergências dentro da própria comunidade, bem como idiosincrasias inerentes a todo ser humano, cabe afirmar que a presença dos impactos negativos do racismo e sexismo na subjetivação da camada negra feminina na atualidade constitui a regra, e não a exceção (Carneiro, 2011; Da Silva, 2023; Davis, 2016; Gonzalez, 2020).

Ante o exposto, emerge o questionamento: quais os impactos desta herança escravocrata no envelhecimento das mulheres negras brasileiras? Assim, o objetivo do presente capítulo é discutir os possíveis desdobramentos específicos da conjugação entre geração, gênero e raça.

Visto a escassez de estudos que investiguem tal realidade, este trabalho se trata de uma revisão narrativa de caráter exploratório, que visa ampliar o debate sobre diferentes velhices presentes no cenário nacional contemporâneo e contribuir com a construção de uma ciência justa e emancipatória.

DESENVOLVIMENTO

É evidente que, no Brasil, tanto as mulheres brancas, quanto as mulheres negras e indígenas foram prejudicadas desde o início da história documentada, haja vista que todas essas realidades foram marcadas pelo patriarcado estrutural como legado português (Gonzalez, 2020). Contudo, ao abordar especificamente as vivências da comunidade negra feminina, não se pode ignorar o fato de que tal legado alocou mulheres negras no imaginário social de que estas são essencialmente trabalhadoras, produtoras, mão de obra barata e portadoras de corpos animalizados, desumanos e sexualizados (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2021).

Conforme exposto por Da Silva (2023), partindo da compreensão de que o tráfico de escravos era movido pelo lucro através da exploração econômica, é nítido que as pessoas escravizadas eram rotuladas como sujeitos aquém da humanidade: mera força de trabalho ou objeto de satisfação. E, no que se refere à mulher negra escravizada, sabe-se que ela transitava entre ambas as posições, ora atuando como serva nas atividades de engenho, ora sendo prostituída (Nascimento, 2020).

Sob este ângulo, Davis (2016) pontua o estupro de mulheres negras escravizadas como uma tática não apenas para gerar crianças que poderiam ser comercializadas posteriormente, mas sim, principalmente, para institucionalizar um terrorismo cuja finalidade seria desmoralizar e desumanizar mulheres negras. Assim, a sociedade brasileira foi construída, sustentada pelo pilar da exploração da população negra feminina.

Por isso, hooks (2020) defende a importância de se debater os impactos políticos, culturais, sociais e psicológicos na subjetivação de mulheres descendentes de africanas escravizadas no Ocidente. Afinal, estes corpos representam o acesso às dinâmicas de poder, “na medida em que a posse ou a ausência de certas partes do corpo inscreve diferenças privilégios e desvantagens sociais” (Oyěwùmí, 2021, p. 130).

Seguindo essa linha, já existem estudos que apontam para tal continuidade histórica da escravidão. Contudo, é preciso ampliar este debate e investigar como essa conjugação entre gênero e raça impacta no processo de envelhecimento dessa camada social.

Por muito tempo, o envelhecimento foi abordado pela ciência como um fenômeno essencialmente biológico, caracterizado por perdas e déficits funcionais (Neri, 2012; Tomé & Formiga, 2020). Mas, a partir da metade do século XX, essa concepção se altera, dando espaço para novas teorias e paradigmas que compreendem a velhice como a continuação do processo de envelhecimento humano, permeada por potencialidades e especificidades (Neri, 2011; Maia & Ferreira, 2011).

Com essas mudanças de percepção, emerge o debate sobre as mais diversas esferas que impactam diretamente no envelhecimento dos indivíduos, bem como aumenta a necessidade da incorporação dos conhecimentos psicológicos ao campo do envelhecimento em si (Mora, 2023). Afinal, “a etapa de vida caracterizada como velhice, com suas peculiaridades, só pode ser compreendida a partir da relação que se estabelece entre os diferentes aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais” (Schneider & Irigaray, 2008, p. 585). Não é, portanto, um processo único e padronizado, mas sim um fenômeno que pode ser vivenciado de maneiras distintas, a depender dos determinantes sociais inscritos nos corpos dos sujeitos envelhecidos e, também, da localização histórica, cultural e política onde os mesmos se inserem.

Um clássico exemplo de tal complexidade é o fato de que, em 2009, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher realizaram um estudo que abordou a seguinte disparidade: no ano 2000, mulheres brancas viviam, em média, 73,8 anos, ao passo que homens negros tinham suas expectativas de

vida próximas aos 63,2 anos de idade. Em outras palavras, dados oficiais demonstraram que, em um mesmo país, mulheres brancas vivem aproximadamente dez anos a mais do que homens negros, e quatro anos a mais que mulheres negras.

De acordo com o trabalho supracitado, essa diferença se dá devido ao menor acesso de pessoas negras a bens e serviços básicos de saúde, educação e serviços de infraestrutura. Além disso, existem diversas violências externas que encontram essa camada social com mais frequência, inscrevendo discriminações estruturais nas trajetórias subjetivas desses sujeitos.

No que diz respeito à interseção entre gênero e raça, Carneiro (2011) alega que “a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida” (p. 127), tais como (i) a própria redução da expectativa de vida em relação às mulheres brancas (IPEA & UNIFEM, 2009), (ii) o maior índice de solidão afetiva (Pacheco, 2008; Mizael, Barrozo & Hunziker, 2021) e (iii) o confinamento em ocupações sociais e profissionais de menor remuneração e prestígio (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2021) – aspectos esses que serão melhor explorados no corpo deste trabalho.

Sendo assim, pode-se dizer que a velhice é o resultado de uma construção do indivíduo ao longo de todo o seu ciclo de vida (Schneider & Irigaray, 2008). Em outras palavras, é o desenlace de como se vive durante seus primeiros 60 anos de vida. E, no que tange à realidade de mulheres negras envelhecidas, cabe ir além e afirmar que a velhice é, também, a conclusão de como se experimenta a própria identidade étnico-racial no curso da vida (Akotirene, 2019). De acordo com a autora, o diálogo entre classe e raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo premeditado para tal.

Ante o exposto, pretende-se explorar brevemente os três desdobramentos negativos supracitados, traçando reflexões sobre suas articulações com o envelhecimento de mulheres negras brasileiras. Isso porque, partindo da ideia de que as vivências raciais culminam na maneira que se chega à velhice, é evidente que as mais diversas

violências sofridas pela população negra feminina impactam no envelhecimento em si.

I. MENOR EXPECTATIVA DE VIDA

Dados oficiais já apontam para uma disparidade na expectativa de vida entre populações brancas e negras. Em 2009, foi lançado o trabalho intitulado Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA & UNIFEM, 2009), o qual evidenciou os marcadores de gênero e raça na expectativa média de vida dos brasileiros. De acordo com o estudo, no ano 2000, mulheres brancas viviam, em média, 73,8 anos, ao passo que mulheres negras, 69,8. Depois, homens brancos apresentavam uma expectativa de vida em torno de 68,2 anos, e homens negros, 63,2.

Esse achado, ainda que tenha sido encontrado no início do novo século, evidencia a permanência histórica de opressões de gênero e raça, que alocam homens negros como maiores vítimas de diversas violências estatais e subjetivas (Brasil, 2016; IPEA, 2021), ao mesmo passo em que garantem que mulheres negras vivam mais, porém com menores qualidade de vida (IPEA, 2009; Carneiro, 2011; Akotirene, 2019; Gonzalez, 2020).

De maneira geral, já se sabe que mulheres negras estão mais propensas a determinados problemas de saúde, tais como hipertensão e diabetes (IPEA, 2009). Existem diversas hipóteses para explicar esse fenômeno, e a maioria se circunscreve aos episódios de estresse e pouco acesso a serviços de saúde de prevenção e acompanhamento (Rabelo et al., 2018).

Remontando ao passado colonial e escravocrata, sabe-se que, dentre os valores e crenças advindos da Europa para a América, está o status inferior da mulher, seja ela branca, negra ou indígena. Todavia, o castigo da mulher branca é a imposição da castidade, da doçura e da idealização, enquanto mulheres negras foram, e seguem sendo, vítimas da exploração de seu trabalho e da constante ameaça de violação aos seus corpos (Davis, 2016; hooks, 2020; Nascimento, 2021; Da Silva, 2023).

Gonzalez (2020) indica que, ainda durante a escravidão legalizada, foram atribuídos às mulheres descendentes de africanas papéis que retiravam sua humanidade. Isto é, os corpos negros femininos foram enquadrados como corpos animalizados, “burros de carga” do sexo, fortes e resilientes. Ao longo do tempo, pode-se afirmar que tais crenças interferem na maneira como mulheres negras são vistas e, consequentemente, no cuidado que é destinado a essa população.

A partir desse estereótipo de que mulheres negras são menos sensíveis a dor, mais fortes e mais resistentes, não é coincidência que mulheres negras sejam as maiores vítimas de violência obstétrica, gerando traumas e receios de grande parte dessa camada social no que se refere aos cuidados médicos (Lima, Pimentel & Lyra, 2021; Saraiva & Campos, 2023). Além disso, Werneck (2016) aponta para a escassez de estudos sobre a saúde da mulher negra nas mais diversas áreas da saúde, ainda que já se saiba que essa população é mais propensa a:

1. Condições geneticamente determinadas;
2. Condições adquiridas através de condições socioeconômicas e desfavoráveis;
3. Condições de evolução agravada ou de tratamento dificultado;
4. Condições fisiológicas alteradas por condições socioeconômicas.

Portanto, é possível afirmar que práticas racistas seguem em voga em diversos setores da saúde, implicando diretamente no bem-estar e no retorno dessas mulheres a estes espaços. Afinal, se o acesso já é limitado e, quando se acessa, se é desrespeitada e invadida, como esperar que essa camada se engaje em exames de rotina e prevenção? A negligência com a própria saúde, a qual pode culminar em variados quadros graves e em uma redução na expectativa de vida, não seria, então, resultado da negligência do próprio Estado e dos profissionais frente às especificidades dessa população?

Ademais, há outro fator relevante para a análise da menor expectativa de vida de mulheres negras brasileiras: a violência que as encontra. Em 2019, foi evidenciada uma redução da violência urbana,

acompanhada de um aumento na violência doméstica no Brasil. E, neste sentido, 66% das mulheres assassinadas no Brasil neste ano eram pretas ou pardas (IPEA, 2022). Acrescido a isso, os dados evidenciaram que mulheres negras apresentam 1,7x mais riscos relativos de serem assassinadas, quando em comparação às mulheres de outras raças. Assim, é possível dizer que, para cada mulher não-negra morta, morrem aproximadamente duas mulheres negras.

Destarte, fica nítido como a menor expectativa de vida de mulheres negras brasileiras em relação às mulheres brancas é, na verdade, herança direta do Brasil escravocrata. Isso porque foram vários os estereótipos atribuídos às mulheres negras, os quais hoje as afastam dos cuidados médicos e as relegam a diversos quadros complexos de saúde, visto que estes espaços perpetuam violências coloniais. Ademais, essa camada social segue sendo a mais propensa a sofrer violências de gênero, que culminam na interrupção de seus cursos de vida. Então, emerge o questionamento: envelhecer com qualidade é direito de quem?

II. SOLIDÃO AFETIVA

Falar sobre solidão afetiva de mulheres negras é discutir sobre a vivência de estar sozinha, seja na esfera romântica, seja na esfera do luto por relações que lhes foram tiradas. Isso pois, quando se aborda a realidade dessa camada social, percebe-se que as estatísticas apontam para um abandono afetivo e, também, para uma maior perda de entes queridos ao longo da vida.

Pacheco (2008) elucida essa questão ao abordar a solidão vivenciada por mulheres negras em Salvador (BA), cidade mais negra do mundo fora da África. De acordo com a autora, cujos dados advêm do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a Bahia é o estado de maior concentração de mulheres sem parceiros afetivos: 51% das mulheres estão sozinhas no âmbito romântico e amoroso. Logo, percebe-se que a cidade brasileira com maior índice de solidão afetiva entre mulheres é, justamente, a cidade mais negra do Brasil.

Seguindo essa linha, Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) buscaram entender os significados atribuídos à solidão da mulher negra, através de uma revisão de literatura. Neste estudo, foram elencados vários artigos que trabalham sob a perspectiva de solidão da mulher negra frente ao preterimento afetivo-sexual, tanto por homens brancos, quanto por homens negros. O ditado popular, transmitido de geração em geração, serve como base para investigar este fenômeno:

“Branca para casar;
Mulata para fornicar;
Negra para trabalhar”.

Aqui, várias feridas coloniais se mostram abertas, confirmando a perpetuação dos papéis impostos às mulheres brancas e negras ainda no período colonial. É evidente que, ao longo dos séculos, foi forjada a crença de que o ser humano universal e alvo de desejo é o sujeito branco (Bento, 2014), já que “a ideologia racial, portanto, se funda e se estrutura na condição universal e essencial da branquidão como única via possível de acesso ao mundo” (Nogueira, 2021, p. 123).

Desta forma, relacionar-se com uma mulher negra significaria regredir na escala cromática; perder status social. E o que se busca é o contrário, a ascensão social: brancos se relacionam com brancas para manter o padrão étnico-racial da família e corroborar com o estereótipo de que mulheres brancas estão reservadas aos papéis de esposa e mãe, ao passo que homens negros optam por se relacionar com mulheres brancas, na tentativa de ascender socialmente e, de certa maneira, escapar dos males da negritude (Bento, 2014; Davis, 2016; Fanon, 2020; Gonzalez, 2020; Nascimento, 2021).

Em resumo, corroborando com os achados de Mizael, Barrozo e Hunziker (2021), ainda que estas sejam sexualizadas, ninguém parece querer se relacionar com mulheres negras, visto que essas configuram a base da pirâmide social. Exemplo disso é o trabalho de Da Silva (2023), em que 31 mulheres negras idosas foram entrevistadas e, dentre elas, 90,3% não estavam em um relacionamento amoroso atualmente. Ao

longo das entrevistas realizadas, todas as mulheres discorreram sobre “amores fracassados” da juventude, que terminaram, muitas vezes, devido às discriminações raciais presentes na dinâmica do casal e das famílias envolvidas.

Percebe-se, então, que o preterimento da camada negra feminina é secular, estando presente até os dias atuais e culminando em uma velhice solitária. Não obstante, mulheres negras também tendem a se sentirem mais sozinhas ao longo da vida, ao perderem entes queridos por violências estruturais.

O Atlas da Violência (IPEA, 2021) expõe que pessoas pretas e pardas são 77% das vítimas de homicídio no país, apresentando 2,6x mais chances de serem assassinadas, quando em comparação à população somada de brancos, amarelos e indígenas. Ademais, há também a camada negra privada de liberdade, que configura 63,6% da população carcerária brasileira (Depen, 2017).

Frente a esses dados, cabe afirmar que grande parte das pessoas negras brasileiras é impedida de envelhecer com qualidade - seja porque tem sua vida interrompida, seja porque é encarcerada e, conseqüentemente, não tem acesso às possibilidades de um envelhecimento ativo. E, quando se habita o corpo de uma mulher negra no Brasil, aumentam as chances de testemunhar estes eventos dentro do núcleo familiar e de convivência.

Em resumo, mulheres negras, camada que mais chefia casas de família (IBGE, 2019), estão mais propensas a perderem filhos, maridos, irmãos e amigos para a violência estatal, culminando em uma solidão não apenas no âmbito romântico da não-escolha, mas em um aspecto mais explicitamente violento, o qual assassina ou captura pessoas que são importantes para elas (Carneiro, 2011). E como é envelhecer forçadamente e estruturalmente solitária?

Assim, percebe-se que a herança escravocrata também segue impactando no cenário social-afetivo de mulheres negras brasileiras, impondo a solidão como única possibilidade no decorrer do envelhecimento. Afinal, mulheres pretas e pardas são sexualizadas ao longo da sua juventude e vida adulta, e chegam à velhice sem um relacionamento

amoroso significativo e sólido. Além disso, muitos laços afetivos relevantes são cortados à força pelas violências estruturais, perpetuadas através dos séculos de colonização. Portanto, vale afirmar que a solidão afetiva se apresenta como a regra do envelhecimento dessa população.

III. CONFINAMENTO EM OCUPAÇÕES SOCIAIS/PROFISSIONAIS DE MENOR PRESTÍGIO E REMUNERAÇÃO

Não se pode negar a marcação racial na taxa de desemprego e subemprego no país, visto que a maior população brasileira desempregada, ou alocada em ocupações informais, é a de mulheres negras (IPEA, 2009; IBGE, 2019). Não obstante, dados recentes apontam para uma disparidade racial em cargos gerenciais no mercado de trabalho: em 2018, 68,6% desses cargos eram ocupados por brancos, enquanto apenas 29,9% apresentavam uma pessoa negra na liderança (IBGE, 2019).

No que diz respeito aos rendimentos médios mensais, o estudo supracitado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também demonstra a herança escravocrata brasileira. Em suma, em 2018, pessoas brancas recebiam ao mês, em média, 73,9% a mais do que pessoas pretas ou pardas. E, ao acrescentar a dimensão de gênero na análise, percebe-se que homens brancos possuem vantagem sobre os demais grupos populacionais, ainda mais quando comparados às mulheres negras, que recebem cerca de 44,4% da totalidade que homens brancos auferem. A partir desses dados, é possível compreender como a maioria dos brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza é composta por mulheres pretas ou pardas (IBGE, 2019).

Mulheres negras também são maioria nas ocupações informais, as quais demandam pouco grau de educação formal e, em contrapartida, oferecem menor remuneração e prestígio. Nascimento (2021) afirma que a mulher negra atualmente permanece invisível e sem valor, já que ainda ocupa os mesmos espaços ocupados durante o período escravocrata. Vale lembrar que, durante a escravidão legalizada, grande parte dessa população exercia o ofício de *mucama* que, de acordo com o Dicionário Aurélio, seria:

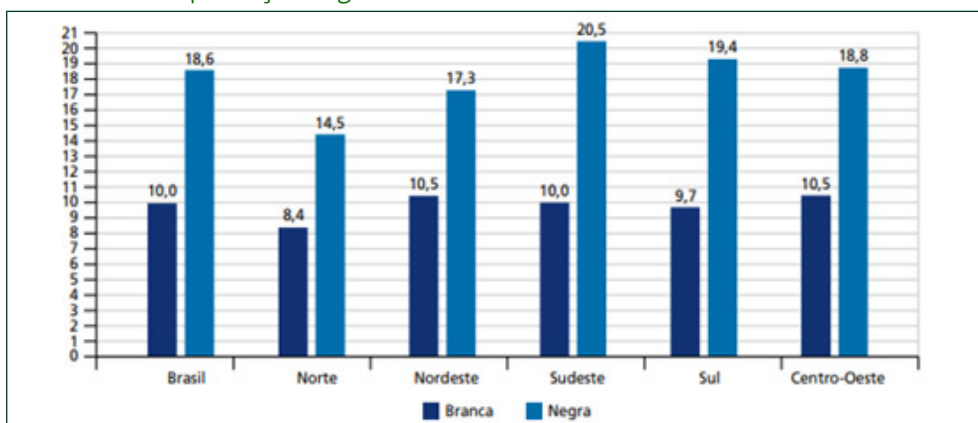
Mucama. (Do quimbundo *mu'kama*, concubina escrava). S. f. Bras. "Criada; mulher negra e jovem que auxiliava sua senhora com os afazeres domésticos ou servindo de companhia em passeios. [Por Extensão] Ama de leite; aquela que amamentava os filhos de seus senhores.

A partir dessa definição, infere-se que não existem diferenças expressivas entre a mucama escravizada no Brasil colonial e a empregada doméstica do século XXI (Da Silva, 2023). Silva et al. (2017) apontam que o Brasil ainda apresenta uma associação entre a condição social da empregada doméstica à sua identidade étnico-racial, uma vez que, durante quase quatro séculos, essa equivalência foi predominante.

Sob esta ótica, já existem estudos que apontam para tal continuidade histórica. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) divulgou, em um de seus trabalhos, um retrato do trabalho doméstico brasileiro. Nele, é perceptível que o número de mulheres brasileiras que exercem o papel de empregada doméstica reduziu nas últimas décadas, apresentando um decréscimo de 17% em 1995 para 14,6% em 2018. Todavia, a disparidade racial segue vigente.

Isso porque, mesmo com esse decréscimo nos índices de ocupação no exercício doméstico no Brasil, as mulheres negras compõem 63% das trabalhadoras domésticas brasileiras; isto é, quase quatro milhões de pessoas (IPEA, 2019). Cabe afirmar, então, que esses dados abordam "uma herança direta do período de escravidão, que limita a participação dessa camada social em determinadas esferas, bem como reduz suas possibilidades de saída dos espaços historicamente ocupados, tais como o serviço doméstico" (Da Silva, 2023, p. 52). Essas informações são ilustradas pelo gráfico a seguir, elaborado a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (2018):

Fig. 1: Gráfico sobre proporção de trabalhadoras domésticas acima de 16 anos de idade, dividido por raça e região



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio, 2018; citada em IPEA, 2019.

Neste sentido, Akotirene (2019) reconhece que todas as mulheres experimentam discriminações geracionais com o avançar da idade, mas pontua que a marcação étnico-racial garante uma seguridade social às mulheres brancas, visto que essas tiveram um maior acesso à educação e ao emprego formal, seguindo na posição de patroas. Já as mulheres negras estão fadadas à incerteza sobre o momento em que poderão abandonar seus ofícios, uma vez que as opressões estruturais as mantiveram fora do mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, dos direitos previdenciários.

Portanto, fica evidente que ambos os atravessamentos raciais e de gênero interpelam o envelhecimento de mulheres negras brasileiras dentro deste âmbito econômico. Afinal, se muitas mulheres negras seguem ocupando posições laborais de menor prestígio e remuneração, como se dá a preparação para a velhice? Quais serão as condições de saúde dessas pessoas que, durante décadas, se dedicaram ao serviço braçal, sem a garantia de direitos previdenciários? Com quais recursos financeiros essa população poderá contar? São questões que permanecem sem resposta e pouco investigadas pela ciência como um todo, mas que elucidam um fenômeno discriminatório estrutural que assola a sociedade brasileira desde os tempos de colonização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É nítido, então, como as lógicas instauradas na colonização seguem atuando sobre corpos pretos e pardos no Brasil, nos mais diversos âmbitos de organização social. E, em um país constituído a partir do sangue negro, fundamentado por práticas hegemônicas opressoras, como se subjetivam mulheres negras no processo de envelhecimento?

Infelizmente, este ainda é um fenômeno pouco explorado pelo setor científico. Contudo, não se pode negar que ambos os determinantes sociais de gênero e raça são igualmente importantes no processo de envelhecimento dessas mulheres, pois culminam em vivências violentas em esferas variadas, tais como expectativa de vida, solidão afetiva e ocupação profissional. Assim, considera-se que o presente trabalho contribui com o avanço deste diálogo, reconhecendo a relevância de reconhecer o protagonismo dessa população que opera como base da pirâmide social brasileira.

Em linhas gerais, vale ressaltar que as desigualdades sociais vêm sendo perpetuadas porque servem às classes dominantes, mantendo a hierarquia econômica, social e política e preservando espaços de poder para determinada configuração de gênero e étnico-racial. Assim, investigar a realidade de mulheres negras brasileiras é, também, reafirmar o compromisso ético da ciência em promover a emancipação de populações historicamente marginalizadas através de conhecimentos justos, críticos e contextualizados.

REFERÊNCIAS

Akotirene, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2019.

Bento, Maria Aparecida. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: Carone, Iray; Bento, Maria Aparecida. *Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-58.

Brasil, Governo Federal. Painel de indicadores do SUS n.º 10: Temático saúde da população negra. 2016.

Carneiro, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. Collins, Patricia; Bilge, Simone. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

Da Silva, Polliana. Deus é uma mulher preta?: as representações sociais construídas por mulheres negras idosas do Distrito Federal sobre seus envelhecimentos. (Dissertação em Psicologia do Desenvolvimento) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Davis, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 41, p. 1-12, 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 2009.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. 2019.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência 2021. 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Violência contra a mulher. 2022. Fanon, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. São Paulo: Ubu, 2020.

Gonzalez, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Hooks, Bell. E eu não sou uma mulher?. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

Lima, Kelly; Pimentel, Camila; Lyra, Tereza. Disparidades raciais: uma análise da violência obstétrica em mulheres negras. *Ciência e Saúde Coletiva*, 26, 15, p. 4909-4918, 2021.

Lorde, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *In*: Hollanda, Heloísa. *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 235-238.

Maia, Eulália; Ferreira, Camomila. Envelhecimento e desafios adaptativos: a resiliência e os mecanismos de proteção como mediadores nesse processo. *In*: Falcão, Deusivânia; Araújo, Ludgleydson. *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional e contextos diferenciados*. Campinas: Alínea, 2011, p. 119-136.

Mizael, Táhcita; Barrozo, Sarah; Hunziker, Maria Helena. Solidão da mulher negra: uma revisão de literatura. *Revista da ABPN*, 13, 38, p. 212-239, 2021.

Mora, Álvaro. *Manual de Psicogerontologia*. Espanha: Aula Magna, 2023.

Nascimento, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2020.

Nascimento, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Neri, Anita. Uma psicologia positiva para o envelhecimento. *In*: Falcão, Deusivânia; Araújo, Ludgleydson. *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados*. Campinas: Alínea, 2011, p. 9-10.

Neri, Anita. Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em Psicologia e em Sociologia. *In*: Neri, Anita. Desenvolvimento e Envelhecimento: perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. Campinas: Papirus, 2012, p. 11-34.

Nogueira, Isilda. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

Oyěwùmí, Oyèrónkẹ. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Pacheco, Ana Claudia. Branca para casar, mulata para f...; negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia. (Tese em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

Rabelo, Dóris; Silva, Josevânia; Rocha, Nara Maria; Gomes, Hiago; Araújo, Ludgleydson. Racismo e envelhecimento da população negra. *Kairós Gerontologia*, 21, 3, p. 193-215, 2018.

Saraiva, Vanessa; Campos, Daniel. A carne mais barata do mercado é a carne negra: notas sobre o racismo e a violência obstétrica contra mulheres negras. *Ciência e Saúde Coletiva*, 28, 9, p. 2511-2517, 2023.

Schneider, Rodolfo; Irigaray, Tatiana. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia*, 25, 4, p. 585-593, 2008.

Silva, Christiane; Araújo, José; Moreira, Maria; Barros, Vanessa. O trabalho da empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. *Psicologia em Revista*, 23, 1, p. 454-470, 2017.

Tomé, Adriana; Formiga, Nilton. Teorias e perspectivas sobre o envelhecimento: conceitos e reflexões. *Research, Society and Development*, 9, 7, p. 1-28, 2020.

Werneck, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25, 3, p. 535-549, 2016.